

Durante a 13ª Reunião da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (veja Última Página), no dia sete de abril, o Porantim fez uma série de entrevistas sobre a questão da autodeterminação dos povos indígenas. Queremos abrir um amplo debate sobre uma das questões mais controversas da política indigenista atual. Por motivos de espaço não nos é possível reproduzir os depoimentos na sua íntegra. Temos consciência de que os próprios índios devem nos dizer como pensam sua autodeterminação. Apesar disso, as entrevistas com os índios presentes na reunião da ABA publicaremos mais tarde, para não expô-los, neste momento, às represálias do seu órgão tutor. Com pequenas variantes, as perguntas do Porantim aos antropólogos foram as seguintes: "Nas condições concretas do Brasil, a autodeterminação dos povos indígenas é uma esperança ou uma ilusão? Se achar viável, como? A autodeterminação afeta a soberania nacional do País?"

Entrevista e fotos: Paulo Suess.



Berta Ribeiro

Berta Ribeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Destá redução toda de gente, às vezes, não se pode falar bem de povo, são micro-etnias. Agora essa redução dos povos indígenas se deu devido ao avanço, à conquista do branco. Foi o maior genocídio da história, foi uma das coisas mais incríveis. A população aborígena americana era muito maior do que se pensava. Falava-se em 12, 13 milhões para a América Indígena toda; hoje se fala em 100 milhões para toda América pré-colombiana; cinco milhões de índios no Brasil. Nesse caso eram povos mesmo, que tinham suas línguas, suas culturas, seus modos de resolver problemas humanos comuns. Agora, o esforço que esses restinhos de povos fizeram para manter sua identidade, tem que ser respeitado. Então nesse caso - mesmo de povos tão pequenos como grupos de 50, de 100 ou 200 índios - temos que pensar que eles têm uma autodeterminação, um comando de seu destino. Embora eles aceitem uma série de coisas de nossa civilização, nós temos que respeitar que conservem aquilo que eles acham que devem conservar.

Antony Seegers, Museu Nacional, Rio de Janeiro. A autodeterminação para grupos indígenas do Brasil está se tornando mais possível exatamente pela atuação deles a seu próprio favor. Acho uma etapa fundamental, um posicionamento político e social que é talvez a única maneira que eles vão de fato sobreviver. Deve-se repensar vários aspectos da situação jurídica dos grupos indígenas e - sem deixar de juridicamente garantir sua proteção - parar de controlar as suas atividades e impedir que eles de fato realizem essa autodeterminação.

Teria que ser discutido a relação entre as populações e a nação, em termos de território socialmente e militarmente organizado - conceitos bastante difíceis. É difícil discutir uma identidade de um grupo indígena fora do território. A identidade é muito ligada às lutas em defesa do território. Não tenho bola de cristal. Os índios na Bahia, no Nordeste em geral, sobreviveram centenas de anos, sob uma repressão muito grande, com muito pouca terra ou sem terras. E muito mais possível com um território, evidentemente. Agora, por falar dos índios citadinos: O que foi constatado nos Terena que também são índios que, moram muito na cidade, porém, sempre voltam aos seus territórios. Então nesse caso você cria identidade étnica com território, mas não sendo no território.

"É difícil discutir uma identidade de um grupo indígena fora do território. A identidade é muito ligada às lutas em defesa do território."

(Antony Seegers)

A autodeterminação não afeta a soberania nacional. Absolutamente não. São povos muito pequenos. O grupo maior que existe atualmente são os Tukuna; fala-se em 18 mil índios. Dezoito mil índios não enchem uma décima parte do Maracá, né. Diante da grande população brasileira não há perigo nenhum de isto afetar a soberania nacional. Tem Yononami na Venezuela e tem Yononami no Brasil. Agora isso não quer dizer que os Yononami amanhã vão querer reivindicar um pedaço do Brasil para anexar à Venezuela ou vice-versa. Seria um absurdo pensar nisso.

ENTREVISTA

AUTO DETERMINAÇÃO

vista por antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia

Eles são inclusive uma garantia para nossa fronteira.

Rubem César Fernandes, Unicamp, Campinas/SP.

Em termos estritos não acho que a autodeterminação seja um projeto viável. Não é grupo nenhum dentro da sociedade nacional, seja classe, seja grupo indígena, sejam grupos políticos, sejam instituições que possam realmente se autodeterminarem em termos radicais. O lado extremo contrário disso, é ser absolutamente dependente e determinado de fora ou de cima, que é a situação atual indígena, pelo menos no ponto de vista da Jai, da tutela. Entre esses dois extremos parece que a autodeterminação, para ser enfrentada, deve passar pelo problema da participação de um grupo específico com suas problemáticas, suas reivindicações. A participação desse grupo no processo mais global, no processo político, implica a democratização do sistema do Brasil. Como os grupos indígenas conseguem defender suas próprias reivindicações na cidade global? Como participar aí dentro? Essa participação dentro da cidade global implica se submeter também a todas as contingências da política na cidade geral.

A questão indígena é diferente de uma questão de classe. Há diferentes maneiras de se organizar dentro da sociedade em termos de classes populares, classe operária, sindicatos, etc, e de povos indígenas. Como combinar diferentes formas de organização?

A soberania do Brasil é muito relativa nos dias de hoje. Brasil como Estado está vinculado a um mercado internacional, a uma economia internacional, quer dizer, não dá mesmo em termos de Estado e de limites pensar em autodeterminação. Como bandeira eu prefiro a bandeira da democratização à bandeira da autodeterminação.

Expedito Arnáud, Museu Goeldi, Belém. É um tema bastante complexo. Num tra-



Aryon D. Rodrigues e Expedito Arnáud

"Como bandeira eu prefiro a bandeira da democratização à bandeira da autodeterminação"

(Rubem César Fernandes)

balho sobre os índios Gavião fiz uma introdução onde mostrei alguns aspectos comparativos, inclusive com os Estados Unidos. A coisa importante pra eles era a resistência contra a civilização. Eles não querem ser confundidos com a sociedade envolvente. Os Gavião sofreram uma série de confusões, mas quiseram se autodeterminar. Eles não mudaram essa linha. Eles fizeram uma aldeia de alvenaria, estão reivindicando cada vez mais dinheiro, mas, o que é mais importante, eles estão se identificando como índios.

Agora, esse problema de uma autodeterminação política dentro de um contexto maior de países constituídos - isso é uma coisa um tanto utópica. Se amanhã um grupo destes conseguir se evoluir numa massa de população grande, não vai dizer que não tem o direito a uma independência. Aí seria uma coisa. Os Bascos não estão lutando pela independência deles? No sentido atual eu acho meio utópico. Eu tenho a impressão, essa autodeterminação é uma coisa que tem que ser relativa. Ela não pode ser absoluta. Na Constituição Positivista de 91 - que não foi aprovada, evidentemente - estava que o Brasil fosse constituído de Estados federados e dos Estados confederados por hordas indígenas que estavam espalhadas pelo território nacional. Agora eles não eram considerados nações independentes; eram Estados dentro do contexto maior que era a Federação, que era o Brasil. Até certo ponto espouso a tese do Dr. Dallari, partindo da atualidade, que o Brasil é um país constituído e que todos que estão dentro do Brasil devem ser considerados como brasileiros. Dizer que o índio não precisa da cidadania quer dizer que ele não tem direito nenhum.

Pedro Agostinho da Silva, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Acho que o problema da autodeterminação é um objetivo que tem que ser atingido de alguma forma, de qualquer forma. A gente tem que criar mecanismos institucionais que assegurem para esses povos a sua autogestão interna e sua participação efetiva no processo de decisão política no país, ao mesmo título que os membros da etnia dominante. Aí exige um esforço conjunto das entidades de apoio, dos antropólogos e sobretudo das comunidades indígenas de pensar quais

seriam essas formas institucionais de participação.

A nível nacional, eu acho que a autodeterminação não afeta a soberania nacional de maneira nenhuma. A soberania num país multi-étnico, como o Brasil, não pode ser pensada como a soberania do grupo etnicamente dominante sobre os etnicamente dominados. A gente tem que pensar num estado multi-étnico em que participem da soberania do país e das suas decisões políticas todos os elementos etnicamente diferenciados que o compõem: os povos indígenas, os de origem européia e africana. Esse conjunto de povos tem que ter um estado que em si seja soberano como manifestação da vontade comum e não da imposição da vontade da maioria a um conjunto de minorias.

Carlos Alberto Ricardo, CEDI, São Paulo.

A questão da autodeterminação no quadro brasileiro dependeria basicamente de uma reflexão sobre as condições políticas e institucionais do Brasil e o relacionamento dos movimentos que estão ocorrendo a nível das comunidades indígenas locais. Cada comunidade indígena, cada povo, cada grupo está concretamente travando lutas específicas. A possibilidade de se transformar realmente em direitos permanentes vai depender da maneira pela qual esses movimentos indígenas se articularem por um movimento político. Acho que hoje em dia é uma tentativa do estado, do regime político que está aí de prolongar a condição da tutela como, na verdade, como direitos provisórios. De outra parte estão as comunidades indígenas e vários setores que os apoiam tentando transformar a condição da tutela em direitos permanentes. Acho que essa é a luta básica. Isso depende fundamentalmente de uma questão política mais geral e da possibilidade e inclusive dos interesses indígenas se representarem a nível do Estado.

Nos termos que a autodeterminação está posta pelo regime autoritário, ela afeta a soberania. Agora... não acho que ela afeta. Ela afeta na medida em que a questão da soberania não é simplesmente

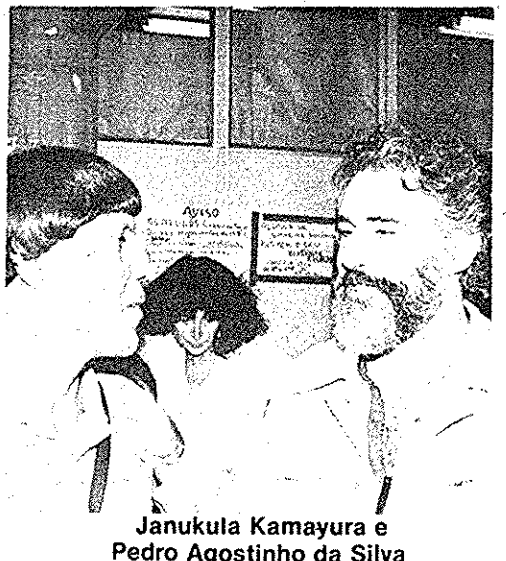
"Será que os índios ameaçam mesmo a segurança nacional ou é uma certa conversa mole, uma certa trapaça?"

(Carlos Alberto Ricardo)

te uma questão de metros quadrados de controle de território... Será que os índios ameaçam mesmo a segurança nacional ou é uma certa conversa mole, uma certa trapaça? A questão não é apenas de um enfrentamento de ocupação territorial. A questão tem conotações ideológicas profundas. Eu estou mais preocupado no momento em tentar pensar qual é a possibilidade concreta dos povos indígenas no Brasil para representarem os seus interesses diante da sociedade nacional, do estado nacional e como podem transformar suas lutas específicas, que vêm travando, em direitos permanentes.

Edgard de Assis Carvalho, PUC, São Paulo.

Eu acho que autodeterminação é a única saída para as populações indígenas no Brasil desde que apoiada num consenso coletivo da nação que pretenda ter essa autodeterminação. As nações indígenas brasileiras que querem realmente assumir essa autodeterminação, têm que ser apoiadas num consenso coletivo. Autodeterminação não deve ser alguma coisa que seja imposta de fora pela Funai ou pelos próprios antropólogos ou qualquer entidade que esteja fora do próprio grupo que almeja essa autodeterminação.



Janukula Kamayura e Pedro Agostinho da Silva

Carmen Junqueira, PUC, São Paulo.

A autodeterminação é a condição básica para a gente conseguir assegurar a sobrevivência dos grupos indígenas, quer tribais, quer não tribais. A autodeterminação eu estou entendendo no sentido de definição própria das reformulações que o grupo pretenda imprimir a seu modo de vida face ao contato que tem com o capitalismo. A autodeterminação não estou imaginando como largar, a gente simplesmente se desincumbir, nós civilizados nos desincumbimos dos destinos desses povos. O Estado tem obrigação de dar assistência às populações indígenas, como tem obrigações a dar assistência à maior faixa da população brasileira. Eu entendo por autodeterminação o gozo desses direitos que são inerentes e mais o direito de eles reorganizarem sua vida

"Eu tenho a impressão que o capitalismo não tem condições de encarar esses povos, de fato, como povos. Ele os encara como minorias. Não são minorias; são povos!"

(Carmen Junqueira)

social face a essa avalanche do capitalismo não tem condições de encarar esses povos, de fato, como povos. Ele os encara como minorias. Não são minorias; são povos! Eu acredito que o problema de limites entre nosso território e o território Nambikwara, território Xinguano, devia ser colocado como o problema de limites entre nós e a Bolívia, nós e o Peru. Mas o capitalismo não vai ter possibilidade de resolver isso, e eu não sei se o socialismo terá também. Não sei se o socialismo terá. Seguramente... a gente tem que viver com utopias. Acho que pensar numa sociedade que seja mais democrática do ponto de vista social ou econômico, exige que a gente pense nessa sociedade como uma sociedade rural. Eu não acredito em democracia quer sobre o socialismo, comunismo que seja, se nós não admitimos o pluralismo.

Alcida Ramos, Universidade Federal, Brasília.

Acho que a autodeterminação é uma condição sine qua non para as previdências das populações indígenas. Essa autodeterminação tem que ser reconhecida pelo Estado-nação, onde essas minorias estão inseridas. A autodeterminação não afeta a soberania nacional. Acho que isso é uma parábola. Eu não sou futuróloga, né? Mas, historicamente tudo indica que está havendo um início de reformulação do que seja o Estado-nação e que fronteiras teriam os futuros estados-nações. Parece que está havendo um descontentamento mundial, pelo menos agora, com as atuais fronteiras administrativas de cada país, de cada Estado-nação. Eu acredito que não vai passar muito tempo que haverá realmente uma redefinição em outras linhas que as atuais.

Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, São Paulo.

Falando do povo Yanomami é um pouco difícil, no momento, de falar da autodeterminação deles. Realmente, no momento, eu acho que nenhum deles entenderia o conceito autodeterminação. É uma sociedade que ainda hoje nem entende que vive dentro do Brasil, por exemplo. De qualquer jeito, todos nós estamos trabalhando para que um dia - esperamos que seja daqui a pouco - cheguem a essa autodeterminação no sentido que eles mesmos definem o que realmente eles que-



Txukahamãe

rem; como eles podem levar a sua própria vida como povo em frente da sociedade ocidental. Quando esse povo chegar a entender o que é autodeterminação, ele vai estar em condições também de determinar como chegar a essa união entre os dois países (Venezuela e Brasil).

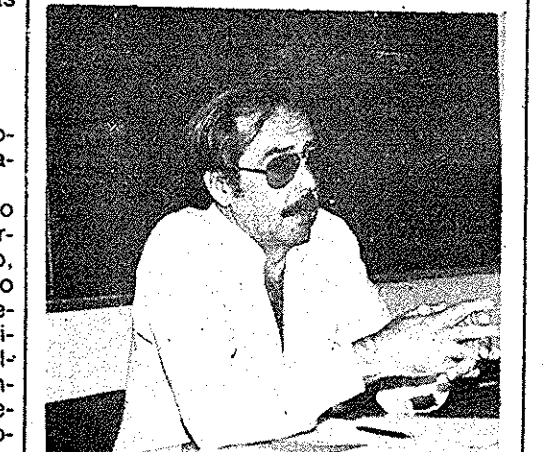
Silvio Coelho dos Santos, Universidade Federal, Florianópolis/SC.

A autodeterminação das sociedades indígenas do Brasil, a meu ver, é uma necessidade fundamental em função dos Direitos Humanos que o Brasil como Estado pretende respeitar, além de considerar também a questão tanto a nível internacional como a nível de direitos internos previstos e não executados pelos detentores do poder no Estado brasileiro. Tenho a impressão que falar em autodeterminação implica entender a constituição de micro-países, micro-territórios dentro do território nacional; implica estabelecer uma relação simétrica para o relacionamento entre os componentes das diversas sociedades indígenas existentes no país e os governantes da sociedade brasileira.

Antônio Carlos Magalhães, Museu Goeldi, Belém.

Eu acho que precisa primeiro ser bem definido o que é autodeterminação. Esse conceito que está sendo usado aí, não está bem delimitado, as razões e o porquê de sua utilização. Se por autodeterminação for entendido que as nações indígenas terão uma condição de simetria na sua atuação, ou na sua relação com o Estado brasileiro, então me parece que esse é o caminho viável; me parece o caminho correto. Se for entendido por autodeterminação a criação de enclaves, como se ventillou também, me parece que isso é inviável. Eu acredito que autodeterminação se refira muito mais a um relacionamento diplomático do Estado brasileiro para com as nações indígenas.

Acho que a autodeterminação não afeta diretamente a soberania nacional. Acho que os povos ou as nações indígenas do Brasil têm condições de se articular conjuntamente com povos e nações indígenas de outros países, por exemplo, na fronteira Amazônica com o Pacto Amazônico. A reunião do Equador me parece que foi bastante clarificadora, onde as nações indígenas iniciaram uma atuação em conjunto para fazer frente a qualquer medida opressiva ou repressiva dos Estados envolvidos no Pacto Amazônico.



Silvio Coelho